

Acessibilidade

Diagnóstico 2021



**Secretaria-Geral da
Presidência**

**Assessoria para Inclusão e
Acessibilidade**

Sumário

Apresentação	4
Instrumento utilizado	10
Metodologia.....	12
Análise	15
Propostas	35
Anexo.....	42

Apresentação

No ano de 2006 a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Ratificada pelo Brasil juntamente com seu Protocolo Facultativo, por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, esse diploma foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro como norma constitucional.

Em atenção às obrigações assumidas por força da Convenção e a fim de promover a igualdade de oportunidades e a eliminação da discriminação em face das pessoas com deficiência, os estados partes se comprometeram a adotar todas as medidas necessárias para assegurar que o grupo albergado pela norma tenha garantido seus direitos fundamentais.

A efetividade dessas iniciativas começa com a eliminação das barreiras físicas, sensoriais e de atitudinais. Nesse aspecto, surge a necessidade da promoção da acessibilidade, que consiste na possibilidade e na condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei nº 13.146 instituindo a Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) cuja tônica é assegurar o direito de as pessoas com deficiência serem incluídas na vida

social nas mais diversas esferas, por meio de garantias básicas de acesso, a serem concretizadas por meio de políticas públicas (com ênfase nas áreas de educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, cultura e esporte para as pessoas com deficiência) e/ou de iniciativas afetas à sociedade.

Se por um lado o Estado é ator preponderante desse cenário inclusivo; por outro, as instituições de um modo geral (empresas privadas e órgãos públicos) também têm um papel importante na transformação da sociedade.

Ainda, a percepção que as pessoas têm a respeito dessas instituições é construída com base nas ações adotadas. Além da motivação legal e ética, uma política de inclusão das pessoas com deficiência, além de outras políticas de caráter social, certamente traz ganhos significativos de imagem a essas instituições.

O Tribunal de Contas da União (TCU), ciente da relevância desse tema e de seu papel como um dos protagonistas dessa missão; e, ainda, por reconhecer como dever do Poder Público o provimento dos meios necessários ao pleno exercício da cidadania por essa parcela da sociedade brasileira, não deixou de agir no âmbito de sua atuação para a consecução desse intento.

Para dar cumprimento a essa designação, em 2016 foi publicada a Resolução-TCU 283, de 21 de setembro de 2016, instituindo a Política de Acessibilidade do Tribunal de Contas da União.

De acordo com o art. 8º da citada Resolução, a Política em questão compõe-se de iniciativas institucionais e instruirá o funcionamento do sistema de planejamento e gestão, os processos de trabalho corporativos, a formulação da proposta orçamentária e as decisões correlatas, bem como (art. 9º) é atribuição das unidades da Secretaria do Tribunal promover a sua implementação, mediante inclusão de iniciativas nos planos institucionais,

cujos resultados serão acompanhados pelos respectivos secretários-gerais das unidades, no caso de planos de nível operacional, ou para os demais planos, pelas instâncias de governança do sistema de planejamento e gestão.

De acordo com a Resolução-TCU 305, de 28 de dezembro de 2018, ficou a cargo da Secretaria-Geral da Presidência (Segepres) a responsabilidade de assessorar o Presidente e demais autoridades do Tribunal na coordenação dessa política.

Para apoiá-la foi criada, em 2019¹, a Assessoria para Inclusão e Acessibilidade que deve:

- a) desenvolver estudos e pesquisas, preparar pareceres, pronunciamentos, expedientes, manifestações e comunicações do Secretário-Geral da Presidência e, ainda, instruir processos, a Assessoria para Inclusão e Acessibilidade tem as seguintes atribuições:
- b) subsidiar as atividades de proposição, orientação e acompanhamento da atuação das unidades da Secretaria do TCU voltadas à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços do Tribunal por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- c) dar suporte à realização de ações de conscientização e capacitação de servidores, terceirizados e estagiários, com o fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

¹ Portaria-Segepres nº 2, de 16 de janeiro de 2019.

- d) propor e elaborar minutas de comunicação à unidade competente da Secretaria do TCU com a finalidade de notificar situações de descumprimento de normas referentes à promoção da acessibilidade, por parte do TCU e de entidades e órgãos públicos de sua clientela, que sejam trazidas ao conhecimento do Tribunal, para as providências cabíveis;
- e) identificar oportunidades de celebração de acordos de cooperação ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da Administração Pública e, ainda, com entidades civis, nos termos da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, para promoção de ações em matéria de acessibilidade;
- f) preparar minutas de documentos e solicitações de informações destinadas às unidades da Secretaria do TCU e às entidades e aos órgãos públicos ou privados no tocante à implementação de ações da Política de Acessibilidade do Tribunal;
- g) elaborar pareceres sobre temas pertinentes à Política de Acessibilidade do Tribunal, por demanda do Secretário-Geral, a fim de subsidiar manifestações das unidades da Secretaria do TCU, das autoridades do Tribunal ou do Ministério Público junto ao TCU;
- h) sugerir a edição ou alteração de normas e orientações que disponham sobre a Política de Acessibilidade do Tribunal, submetendo a correspondente minuta ao Secretário-Geral da Presidência;
- i) prestar apoio à realização de eventos no que tange à implementação da Política de Acessibilidade do Tribunal;
- j) elaborar relatório anual acerca da implementação da Política de Acessibilidade do Tribunal, do qual também constarão

informações acerca das manifestações endereçadas à Ouvidoria do TCU, dos processos em trâmite e das deliberações que versem, parcial ou integralmente, sobre a promoção da acessibilidade;

- k) desenvolver outras atividades, conforme orientação da Secretaria-Geral da Presidência.

Portanto, para que se possa efetivamente propor, orientar e acompanhar as ações das unidades do TCU, destinadas a promover acessibilidade; comunicá-las acerca de inadequações às disposições normativas acerca do tema; instruir o funcionamento do sistema de planejamento e gestão, os processos de trabalho corporativos, a formulação da proposta orçamentária e as decisões correlatas; bem como promover a implementação da Política de Acessibilidade, mediante inclusão de iniciativas nos planos institucionais **é necessário que se tenha conhecimento do que é desenvolvido por as unidades da Casa**, cujo objetivo seja a remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às suas instalações e serviços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

No intuito de coletar tais informações foi publicada a Ordem de Serviço-CCG nº 2, de 30 de abril de 2021 que constituiu grupo de trabalho com o objetivo de elaborar **diagnóstico** acerca da adequação das instalações, dos produtos e dos serviços do Tribunal de Contas da União (TCU) aos requisitos de acessibilidade.

Integraram o grupo de trabalho, sob coordenação da primeira, os seguintes servidores:

Titulares	Suplentes	Unidade
Valéria Cristina Gomes Ribeiro matr. 3067-8	Ismênia Rose de Lima Matos matr. 4068-1	Segepres
Benjamim Lima Junior matr. 5040-7	Patrícia Guimaraes Eichler matr. 2538-0	Adgedam
Márcia Brandão de Oliveira matr. 3371-5	João Paulo Alexandre de Sousa matr. 10.597-0	Senge
Renata Leal Couto matr. 9828-0	Julia Poubel Coelho matr. 9807-8	Segep
Simone Bicalho Felix Braga matr. 9309-2	Alexandre Franca de Araújo matr. 3382-0	Secom
Bárbara Rosa Lopes Cavalcante matr. 10598-8	Mayara Rosa Oliveira Santos matr. 10683-6	STI
Rodolfo Lima Júnior matr. 5569-7	André Luis Cavalcante de Barros matr. 2398-1	Setic
Rene Fortaleza Rocha matr. 3542-4	Maria das Graças da Silva Duarte de Abreu matr. 1967-4	ISC

Instrumento utilizado

Diante de um cenário de milhões² de pessoas com deficiência no país, constata-se que há muito a se construir para que esse coletivo usufrua plenamente de seus direitos e garantias fundamentais, em condições de igualdade com as demais pessoas.

Entretanto, a dicotomia “muito a se fazer x escassez de recursos” exige que se façam escolhas, o que pressupõe preferências e, conseqüentemente, preteridos.

Preferir e preterir, em matéria de acessibilidade, são opções difíceis que se apresentam ao gestor, uma vez que a imensa demanda para a implementação de políticas, programas e iniciativas destinadas a promover direitos e garantias fundamentais das pessoas com deficiência tem sua origem em lei e na Constituição Federal. Não obstante, escolhas são necessárias.

Para a realização dessas escolhas, o planejamento institucional aparece como uma das mais importantes ferramentas à disposição do gestor. Seu conceito consiste no ato de criar e planejar, antecipadamente, uma ação e desenvolver estratégias programadas para alcançar determinado objetivo. Funciona como forma de identificar um alvo específico, com a intenção de organizar os recursos e aplicar as melhores maneiras para atingi-lo.

Com o objetivo de orientar esse planejamento em relação às ações para adequação das organizações públicas aos requisitos de acessibilidade exigidos pela legislação em vigor, a Rede de Acessibilidade, formada atualmente pelo Senado Federal, Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União (TCU), Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça

² O senso de 2010 apontava 45 milhões.

(STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Superior Tribunal Militar (STM) e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), elaborou publicação “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas”.

Destinada a gestores públicos federais, estaduais, municipais e distrital, a publicação é composta por cinco capítulos, glossário, legislação pertinente e **instrumento de autoavaliação de acessibilidade**.

Por meio dele, o gestor, ao responder os itens ali relacionados, pode auferir o que precisa ser realizado para que sua organização atinja melhor nível de acessibilidade.

Esse foi o Instrumento utilizado para o diagnóstico geral de acessibilidade no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Metodologia

O Instrumento de Avaliação de Acessibilidade utilizado para realizar diagnóstico amplo acerca dessa qualidade no âmbito do Tribunal é agrupado em cinco dimensões, com 329 itens de verificação, assim distribuídos:

Estrutura do questionário	Dimensões	Número de itens
Gestão da Acessibilidade		49
Urbanístico e Arquitetônico		148
Serviços		52
Comunicacional		17
Tecnológico		63

Cada uma das dimensões verifica:

- a) **Dimensão Gestão da Acessibilidade:** como a entidade realiza a gestão da acessibilidade, considerando a institucionalização da política de acessibilidade, o seu planejamento, a sua execução e o monitoramento das ações implantadas, além das contratações realizadas.
- b) **Dimensão Arquitetônica e Urbanística:** a possibilidade de a pessoa com deficiência acessar, de maneira autônoma, independente e segura, ambientes, mobiliário e equipamentos de edificações em geral.
- c) **Dimensão Serviços:** se a entidade considera as necessidades dos públicos interno e externo com diversos tipos de deficiência

na prestação de serviços, por meio da adoção de práticas que promovam sua inclusão.

- d) **Dimensão Comunicacional:** o gozo, a fruição e o exercício dos direitos à acessibilidade comunicacional, à liberdade de expressão, à comunicação, ao acesso à informação e compreensão, para ampliar a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- e) **Dimensão Tecnológica:** a possibilidade da pessoa com deficiência usar com autonomia e independência produtos, serviços e informações por meio da tecnologia da informação.

Para cada item de verificação, as unidades envolvidas escolheram uma das seguintes respostas, que indica o seu nível de atendimento:

Nível de atendimento			
Atende Totalmente	Atende Parcialmente	Não Atende	Não se Aplica

Ao selecionar a categoria ‘não atende’, a unidade informa que o item **não é atendido** e, ao ter selecionado uma das duas alternativas - ‘atende totalmente’ e ‘atende parcialmente’ -, indica o **atendimento** daquele item. A opção “não se aplica” indica que o item não faz parte da estrutura, produtos ou serviços da instituição.

Conforme mencionado anteriormente, a elaboração do Diagnóstico de Acessibilidade foi realizada pelo grupo de trabalho composto por servidores representantes da Secretaria-Geral da Presidência (Ass/Segepres), da

Secretaria-Adjunta de Administração (Adgepres), da Secretaria de Engenharia e de Serviços de Apoio (Senge), da Secretaria de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (Setic), da Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação (STI), da Secretaria de Gestão de Pessoal (Segep), da Secretaria de Comunicações (Secom) e do Instituto Serzedello Côrrea (ISC).

A escolha dessas unidades foi baseada no conteúdo do instrumento, cujos itens estão relacionados às suas atividades e processos de trabalho.

Assim, os itens que compõem a Dimensão Gestão da Acessibilidade foram respondidos pela Assessoria para Inclusão e Acessibilidade da Segepres por lhes ser afeitos.

As dimensões Arquitetônica e Urbanística e Tecnológica foram trabalhadas pela Secretaria de Engenharia e de Serviços de Apoio e pela Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação, respectivamente, por serem relativas aos temas desenvolvidos por essas unidades.

As dimensões Serviços e Comunicacional possuem questões transversais que abrangem atividades afeitas a diversas unidades. Para que fossem devidamente analisadas, foram realizadas reuniões telepresenciais com os representantes da Segepres, da Adgepres, da Senge, da STI, da Setic, da Secom, da Segep e do ISC. Nessas ocasiões, todos esses itens de verificação foram analisados em conjunto e respondidos.

Com esse diagnóstico é possível à Casa planejar as ações que se fizerem necessárias para que suas instalações, serviços e produtos estejam acessíveis a todos os públicos.

Análise

Todos os itens de avaliação possuem quatro opções de respostas: uma indicando que o item ainda não foi atendido, outras duas opções ('atende totalmente' e 'atende parcialmente') apontam que nível de atendimento daquele item é satisfatório e outra que o item não se aplica à organização.

Embora considere-se **satisfatório** tanto o atendimento total do item como o seu atendimento parcial, os **pontos fortes da organização (PF)**, referem-se apenas aos itens **atendidos totalmente**, assim como as **oportunidades de melhoria (OM)**, àquele **não atendidos**.

Dessa forma, sob a ótica das dimensões, a análise será feita de modo a avaliar o percentual de atendimento dos itens, ou seja, se não foi atendido ou se foi satisfatório, destacando-se os PF e as OM.

1. Visão geral

Dimensão	% atendimento
Serviços	87%
Gestão de Acessibilidade	82%
Arquitetura e Urbanismo	78%
Tecnologia	76%
Comunicacional	65%

Tabela 1

Nessa primeira informação, verifica-se o percentual de adesão aos requisitos de acessibilidade expostos pelos itens de verificação de cada uma das dimensões avaliadas. Por um lado, o destaque é da dimensão Serviços que possui uma adesão de 87% aos requisitos avaliados; por outro, a dimensão Comunicacional possui o menor percentual de atendimento, 65%.

A tabela 2 demonstra o percentual de adesão aos itens de verificação por nível de atendimento.

Geral		Qtde de itens = 329			
		Em branco = 0			
		Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não se aplica
qtde		117	143	53	16
% detalhe		36%	43%	16%	5%
% atendimento		79%		16%	5%

Tabela 2

Percebe-se que do total de 329 itens, 79% deles são atendidos positivamente, uma vez que se considera assim o **atendimento total e o parcial**. Todavia, embora o percentual de atendimento positivo seja considerável, 43% dele refere-se ao ‘atendimento parcial’ dos itens de verificação.

Ainda, 16% desses requisitos **não são atendidos** e merecem atenção. Essas oportunidades de melhoria serão identificadas individualmente nas respectivas dimensões.

2. Dimensão Serviços

A dimensão Serviços avaliou se o Tribunal considera as necessidades dos públicos interno e externo com diversos tipos de deficiência na prestação de serviços, por meio da adoção de práticas que promovam sua inclusão.

Serviços	Qtde de itens = 52			
	Em branco = 0			
	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não se aplica
qtde	21	24	7	
% detalhe	40%	46%	13%	0%
% atendimento	87%		13%	0%

Tabela 3

Dos 52 itens de verificação avaliados, 87% são atendidos positivamente considerando as opções 'atende totalmente' e 'atende parcialmente' e 13% não são atendidos. Dos 87% considerados como atendidos de forma positiva, 40% podem ser considerados como PF da dimensão.

Os pontos fortes desse eixo referem-se a (ao):

- a. Existência de equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência dos candidatos que informam tal condição nos processos seletivos.
- b. Garantia, nos processos seletivos, de adaptações necessárias para o atendimento em condições de igualdade a candidatos com deficiência. (sítio eletrônico adaptado, reserva de vagas, edital e formulário de inscrição acessíveis, atendimento diferenciado, mobilidade urbana que garanta o acesso aos

locais de provas, ambiente de prova e entorno acessíveis, mobiliário adaptado, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva, provas teóricas e práticas adaptadas, fornecimento de tempo adicional, sala separada e outros tipos de apoio).

- c. Realização de avaliações periódicas do funcionário com deficiência
- d. Respeito ao perfil vocacional e interesse dos funcionários com deficiência quando de sua inclusão profissional.
- e. Oferta de oportunidades ao funcionário com deficiência de exercer cargo em comissão ou função de confiança, em igualdade de condições com os demais funcionários
- f. Realização de adaptações necessárias para garantir atendimento em condições de igualdade a pessoas com deficiência, nos programas e cursos de formação e capacitação presenciais.
- g. Capacitação da equipe de brigadistas para prestar atendimento adequado às pessoas com deficiência em situações de emergência e pânico
- h. Detenção, pela equipe de brigadistas, de informações sobre a localização dos funcionários com deficiência, de modo a atendê-los com prioridade em situações de emergência e pânico
- i. Oferta, nos balcões de atendimento ao público, de atendimento preferencial para as pessoas com deficiência.
- j. Existência de balcões de atendimento ao público rebaixados e com área de aproximação frontal para usuários em cadeiras de rodas.

- k. Existência, nas unidades de pesquisa, de mobiliário e equipamentos dispostos de modo a facilitar os deslocamentos de pessoas com deficiência física e visual.
- l. Oferta, nos restaurantes e lanchonetes, de atendimento preferencial e prioritário ao público com deficiência, bem como a existência de mesas reservadas para pessoas com deficiência.
- m. Oferta, nos eventos promovidos pela entidade, de serviços de interpretação de Libras para pessoas com deficiência auditiva e de legendagem em tempo real para pessoas com deficiência auditiva.
- n. Disponibilização de interpretação de Libras para o público com deficiência auditiva nos os eventos promovidos pela entidade e transmitidos pela internet, bem como quando transmitidos pela televisão.
- o. Disponibilização de atendimento por guia/condutor, bem como de equipamentos para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida, nas situações em que a entidade é aberta à visitaçãõ.

As oportunidades de melhoria relativas aos serviços oferecidos pelo Tribunal são:

- a. As unidades de pesquisa não possuem recursos de tecnologia assistiva destinados ao uso do público com deficiência.
- b. Na biblioteca não existem mesas reservadas para pessoas com deficiência.
- c. Nos restaurantes e lanchonetes não existem cardápios visual e em braile.

- d. Quando transmitidos pela internet, os eventos promovidos pela entidade não são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual.
- e. Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela entidade não são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência auditiva.
- f. Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela entidade não são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual.
- g. Nas situações em que a entidade é aberta à visita não são disponibilizadas informações em formatos alternativos acessíveis.

Ainda, é importante observar os itens 'atendidos parcialmente', uma vez que estes perfazem 46% da dimensão.

3. Dimensão Gestão da Acessibilidade

Esta dimensão avaliou como o TCU realiza a gestão da acessibilidade, considerando a institucionalização da política de acessibilidade, o seu planejamento, a sua execução e o monitoramento das ações implantadas, além das contratações realizadas.

Gestão de Acessibilidade		Qtde de itens = 49		
		Em branco = 0		
	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não se aplica
qtde	23	17	8	1
% detalhe	47%	35%	16%	2%
% atendimento	82%		16%	2%

Tabela 4

Dos 49 itens de verificação, 82% são atendidos positivamente considerando as opções 'atende totalmente' e 'atende parcialmente' e 16% não são atendidos. Dos 82% atendidos positivamente, 47% podem ser considerados como PF.

São considerados pontos fortes dessa dimensão a existência de:

- a. Política de acessibilidade formalmente instituída.
- b. Monitoramento da política de acessibilidade.
- c. Planejamento, aprovado pela entidade, para implementação de ações de promoção de acessibilidade
- d. Vinculação entre o planejamento de ações de acessibilidade e o planejamento estratégico.

- e. Unidade administrativa própria para tratar as questões de acessibilidade.
- f. Vinculação da unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade à alta administração.
- g. Atendimento às cotas estabelecidas em lei para contratações ou processos seletivos.
- h. Módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência no programa de ambientação de novos funcionários.

Como oportunidades de melhoria (itens não atendidos), é preciso de ter atenção:

- a. A construção da política não teve a participação do público externo com deficiência.
- b. O TCU não possui órgão colegiado para atuar na implementação da política de acessibilidade.
- c. Não há indicadores de acessibilidade.
- d. O cadastro de servidores com deficiência não detalha os tipos de deficiência e os suportes e recursos de adaptação necessários de forma individualizada.
- e. Os funcionários com deficiência não possuem prioridade na tramitação dos processos administrativos a que estão diretamente relacionados.
- f. Nos eventos, encontros, cursos e palestras direcionados a altos gestores, não existe módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.

Por fim, não podem ser descurados os itens 'atendidos parcialmente', pois perfazem 35% da dimensão.

4. Dimensão Arquitetônica e Urbanística

Esta dimensão avalia a possibilidade de a pessoa com deficiência acessar, de maneira autônoma, independente e segura, ambientes, mobiliário e equipamentos de edificações em geral no âmbito da Casa.

Arquitetura e Urbanismo		Qtde de itens = 148		
		Em branco = 0		
	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não se aplica
qtde	60	56	19	13
% detalhe	41%	38%	13%	9%
% atendimento	78%		13%	9%

Tabela 5

Dos 148 itens de verificação, 78% são atendidos positivamente considerando as opções 'atende totalmente' e 'atende parcialmente' e 13% não são atendidos. Dos 78% atendidos de forma positiva, 41% podem ser considerados como PF.

Assim, dessa vertente positiva, dentre vários outros, são pontos fortes da organização (totalmente atendidos):

- a. Barras antipânico são apropriadas ao tipo de porta em que são instaladas.
- b. Assentos para pessoas obesas possuem medidas de acordo com norma vigente e suportam carga dentro dos limites estabelecidos.
- c. A sinalização tátil e visual do piso é detectável pelo contraste tátil e pelo visual.

- d. A sinalização de vaga reservada para veículo é realizada com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e na horizontal.
- e. Pelo menos uma catraca em cada conjunto está acessível e garante ao usuário o acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia.
- f. Nas edificações em que não é possível estabelecer área de resgate, há plano de fuga com os procedimentos de resgate para pessoas com diferentes tipos de deficiência.
- g. Os degraus ou escadas em rotas acessíveis estão associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical.
- h. Corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas e sem interferir nas áreas de circulação ou prejudicar a vazão.
- i. Existe dispositivo que permita ao usuário de cadeira de rodas observar obstáculos quando mover-se para trás ao sair do elevador.
- j. Existe indicador de sentido luminoso acima ou perto das portas, em posição visível, indicando o sentido da viagem.
- k. A calçada tem uma faixa livre destinada à circulação de pedestres, com superfície regular, firme, sem obstáculos e sem degraus.
- l. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, são reservados os percentuais das vagas para pessoas idosas e para pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção conforme norma vigente.

- m. Existe no mínimo um sanitário ou banheiro acessível por andar, em espaços de uso público ou coletivo.
- n. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem uma entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.
- o. Bebedouros de garrafão e outros modelos estão localizados de forma a permitir aproximação lateral da P.C.R. e possuem altura acessível de acordo com a norma vigente.
- p. Assentos públicos estão implantados sobre superfície nivelada com o piso adjacente.
- q. Os auditórios e similares, incluindo locais de eventos temporários, mesmo que para público em pé, possuem, na área destinada ao público, espaços reservados para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atendendo às condições exigidas pela norma vigente.

As oportunidades de melhoria (itens de verificação não atendidos) relativas a esta dimensão referem-se a:

- a. O local determinado para posicionamento do intérprete de Libras não está identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.
- b. Símbolo internacional de acesso não está afixado em local visível ao público, de acordo com as normas vigentes.
- c. Planos e mapas acessíveis não permitem acesso, alcance visual e manual.
- d. Corrimãos de escadas fixas e rampas não têm sinalização tátil identificando o pavimento.

- e. O número do pavimento não é localizado nos batentes externos dos elevadores e plataformas elevatórias, em relevo e em Braille.
- f. Não há sinalização de área de resgate para pessoas com deficiência, dentro das especificações da norma vigente.
- g. Não existe sinalização informativa e direcional de localização das entradas e saídas acessíveis.
- h. Caso não haja paredes laterais, não existe guia de balizamento e guarda-corpo.
- i. Equipamentos eletromecânicos de circulação vertical não possuem dispositivo de comunicação externo à caixa de corrida, em cada um dos pavimentos atendidos.
- j. Em caso de reforma, não existe no edifício outra forma de circulação vertical acessível.
- k. O número do pavimento não está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille.
- l. O projeto da cabina do elevador não permite a opção de inclusão de um assento basculante para baixo.
- m. O assento basculante impede a utilização do elevador por parte da pessoa que estiver usando o assento ou os outros passageiros.
- n. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis não estão devidamente sinalizados com o símbolo internacional de acesso, afixado em local visível ao público.
- o. Não se garante um módulo de referência ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação.

- p. Balcões de atendimento acessíveis não são facilmente identificados, localizados em rotas acessíveis e tem as dimensões de acordo com a norma vigente.
- q. Balcões de atendimento acessíveis não garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal.
- r. Não está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão.

Ainda, é importante observar os itens 'atendidos parcialmente', uma vez que estes perfazem 38% da dimensão

5. Dimensão Tecnológica

Esta dimensão avaliou a possibilidade de a pessoa com deficiência usar com autonomia e independência produtos, serviços e informações por meio da tecnologia da informação oferecidos pelo Tribunal.

Tecnologia	Qtde de itens = 63			
	Em branco = 0			
	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não se aplica
qtde	12	36	13	2
% detalhe	19%	57%	21%	3%
% atendimento	76%		21%	3%

Tabela 6

Dos 63 itens de verificação avaliados, 76% são atendidos positivamente considerando as opções 'atende totalmente' e 'atende parcialmente' e 21% não são atendidos. Dos 76% atendidos positivamente, apenas 19% podem ser considerados como PF da organização.

Os pontos fortes dessa dimensão referem-se a:

- a. A disponibilidade de mecanismo para fazer uma pausa ou parar o áudio, ou um mecanismo para controlar o volume do áudio, independentemente do nível global de volume do sistema deve disponibilizar no caso de qualquer áudio em página web tocar automaticamente durante mais de 3 segundos.
- b. Exceto para legendas e imagens de texto, a possibilidade do texto ser redimensionado sem tecnologia assistiva até 400 por cento sem perder conteúdo ou funcionalidade.

- c. A possibilidade de toda a funcionalidade de conteúdo ser operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual, exceto quando a função subjacente requer entrada de dados que dependa da cadeia de movimento do usuário e não apenas dos pontos finais.
- d. O usuário é informado sobre o método para retirar o foco do teclado quando este pode ser movido para um componente da página utilizando uma interface de teclado, então o foco pode ser retirado desse componente utilizando apenas uma interface de teclado e, se for necessário mais do que as setas do cursor ou tabulação ou outros métodos de saída normalmente utilizados
- e. A possibilidade de toda a funcionalidade do conteúdo ser operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual.
- f. A possibilidade de as interrupções poderem ser adiadas ou suprimidas pelo usuário, exceto interrupções que envolvam uma emergência.
- g. O fato as páginas web não incluírem nenhum conteúdo que pisque mais de três vezes no período de um segundo, ou o flash encontra-se abaixo dos limites de flash universal e flash vermelho.
- h. O fato das páginas web não incluem qualquer conteúdo que pisca mais de três vezes no período de um segundo.
- i. O fato de um mecanismo está disponível para ignorar blocos de conteúdo que são repetidos em várias páginas web.

- j. Quando qualquer componente recebe o foco, não inicia uma alteração de contexto.
- k. Os mecanismos de navegação que são repetidos em múltiplas páginas web dentro de um conjunto de páginas web ocorrem na mesma ordem relativa a cada vez que são repetidos, a menos que seja iniciada uma alteração pelo usuário.
- l. O fato de as alterações de contexto ser iniciadas apenas a pedido do usuário, ou um mecanismo para desativar essas alterações está disponível.

As oportunidades de melhoria (itens de verificação não atendidos) são relativas a:

- a. Nem todo o conteúdo não textual que é exibido ao usuário tem uma alternativa textual que serve a um propósito equivalente, exceto para as situações indicadas abaixo.
- b. Não é fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo, que apresenta informação equivalente para o conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado.
- c. Não é fornecida uma alternativa em mídia com base em tempo ou uma faixa de áudio que apresenta informação equivalente para o conteúdo apenas de vídeo pré-gravado.
- d. Não são fornecidas legendas para todo conteúdo de áudio pré-gravado em mídia sincronizada, exceto quando a mídia for uma alternativa para texto e for claramente identificada como tal.
- e. Uma alternativa para mídia com base em tempo ou uma audiodescrição do conteúdo em vídeo pré-gravado não é fornecida para mídia sincronizada.

- f. Não são fornecidas legendas para todo o conteúdo do áudio ao vivo existente em mídia sincronizada.
- g. Não é fornecida audiodescrição para todo o conteúdo de vídeo pré-gravado existente em mídia sincronizada.
- h. Não é fornecida uma audiodescrição estendida para todo o vídeo pré-gravado existente no conteúdo em mídia sincronizada quando as pausas no áudio de primeiro plano forem insuficientes para permitir que as audiodescrições transmitam o sentido do vídeo.
- i. Não é fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo para a todo o conteúdo existente em mídia sincronizada pré-gravada e para a todo o conteúdo multimídia composto por apenas vídeo pré-gravado.
- j. Não é fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informações equivalentes para conteúdo apenas áudio ao vivo.
- k. As informações, a estrutura e os relacionamentos transmitidos através de apresentação não podem ser determinados por meio de código de programação ou estão disponíveis no texto.
- l. Não está disponível conteúdo suplementar, ou versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental) quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental), após a remoção dos nomes próprios e títulos adequados.

m. Não está disponível mecanismo para identificar a pronúncia específica de palavras, onde o significado das mesmas, no contexto, é ambíguo se a pronúncia não for conhecida.

Finalmente, os itens 'atendidos parcialmente' não podem ser esquecidos, pois estes perfazem 57% da dimensão

6. Dimensão Comunicacional

Esta dimensão avaliou a possibilidade de a pessoa com deficiência usar com autonomia e independência produtos, serviços e informações por meio da tecnologia da informação oferecidos pelo Tribunal.

Comunicacional		Qtde de itens = 17		
		Em branco = 0		
	Atende totalmente	Atende parcialmente	Não atende	Não se aplica
qtde	1	10	6	
% detalhe	6%	59%	35%	0%
% atendimento	65%		35%	0%

Tabela 7

Dos 17 itens de verificação avaliados, 65% são atendidos positivamente considerando as opções 'atende totalmente' e 'atende parcialmente' e 35% não são atendidos. Dos 65% atendidos positivamente, apenas 6% podem ser considerados como PF da organização.

Nesta dimensão, o ponto forte resume-se a existência de sinalização tátil nos elevadores.

As oportunidades de melhoria são as seguintes:

- a. O serviço de radiodifusão de sons e imagens e nos eventos promovidos pela Casa não é disponibilizada audiodescrição para telespectadores com deficiência visual.
- b. A ouvidoria não disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência.
- c. A central de atendimento não disponibiliza formas de comunicação alternativas.

- d. O TCU não possui telefone adaptado para chamada de vídeo (inclusive intermediação por intérprete de Libras) e chat para comunicação com pessoas surdas.
- e. O Tribunal não possui serviço de impressão em braile.

Ainda, é importante observar os itens 'atendidos parcialmente', uma vez que estes perfazem 59% da dimensão

Propostas

A Portaria-TCU 48, de 12 de abril de 2021 aprovou o Plano de Gestão do Tribunal de Contas da União para o período de abril de 2021 a março de 2023 e estabeleceu as diretrizes para a elaboração dos planos institucionais e das ações operacionais de que trata a Resolução-TCU nº 308, de 13 de fevereiro de 2019.

Desse instrumento, no eixo ‘Diretrizes de Governança e Gestão’, consta a **diretriz IV** com o seguinte teor:

Adaptação de eventos, sistemas, sessões e instalações do TCU à realidade pós pandemia e aos requisitos de acessibilidade

No cenário de restrições e incertezas decorrentes da pandemia da Covid-19, é fundamental que o Tribunal esteja plenamente adaptado às exigências e restrições do trabalho pós-pandemia. Para tanto deve ser realizado ajuste de meios e produtos de comunicação gerencial e mídias internas e externas (vídeos, documentos, livros, revistas, Portal), bem como a adaptação de instalações, serviços e produtos educacionais. Incluem-se nesse rol, também, os serviços fornecidos pela área de tecnologia da informação. De modo especial, as adaptações devem garantir o direito à acessibilidade da pessoa com deficiência, adotando como requisitos mínimos, as obrigações definidas na legislação vigente.

A partir desse norteamento, as unidades da Secretaria do Tribunal deverão desdobrar ações e projetos visando adequar instalações, serviços e produtos aos requisitos de acessibilidade constantes da legislação vigente.

Fundamentalmente, é preciso entender que **não existe** ambiente meio acessível. **Ou o ambiente é acessível ou não é.**

Considera-se acessível instalações e estruturas, produtos e serviços que possam ser alcançados, acionados, utilizados e vivenciados, com

segurança e autonomia, por todas as pessoas em igualdade de condições. E aqui estão incluídas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Portanto, **para que o Tribunal seja considerado acessível**, 100% dos itens de verificação têm de ser avaliados como ‘atendido totalmente’.

Entretanto, em um ambiente regulado, restrito por condições orçamentárias impositivas, é preciso fazer escolhas. No que respeita às adequações aos requisitos de acessibilidade, o mesmo se impõe. Não é possível fazer tudo e ao mesmo tempo.

O processo de planejamento é o instrumento adequado para balizar tais escolhas que ocorrerão no momento do desdobramento dos planos.

Assim, o presente diagnóstico tem como intento subsidiar esse trabalho de desdobramento do plano de diretrizes, propondo-se a orientar a priorização de ações e projetos que visem a adequação de instalações, produtos e serviços aos ditames de acessibilidade.

Em primeiro lugar, insta que se observem os todos itens de verificação que estão ‘parcialmente atendidos’, pois, a depender de sua natureza, indicam que a instalação, o produto ou o serviço ao qual respeitam não é acessível. Juntos, somam 43% dos itens avaliados. Merecem especial atenção aqueles pertencentes às **dimensões Tecnológica e Comunicacional**, uma vez que perfazem, respectivamente, 57% e 59% dos itens avaliados.

Em segundo lugar, faz-se necessário destacar, por **dimensão**, as ações que podem ser realizadas pelo TCU para que os itens de avaliação ‘não atendidos’ sejam efetivados. Ainda, as proposições, em cada dimensão, estão descritas em ordem de prioridade (da mais urgente para a menos) de acordo

com a publicação da Rede de Acessibilidade “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas”.³

a) Dimensão Serviços:

1. Instalar recursos de tecnologia assistiva nas unidades de pesquisa destinadas ao uso do público com deficiência.
2. Reservar mesas para o uso prioritário por pessoas com deficiência na biblioteca.
3. Providenciar cardápios visual e em braile para o restaurante e a lanchonete do ISC.
4. Fornecer recurso de audiodescrição para os eventos transmitidos pela internet para atendimento do público com deficiência visual.
5. Fornecer recurso de legenda em tempo real e audiodescrição para os eventos transmitidos pela televisão para atendimento do público com deficiência auditiva e visual, respectivamente.
6. Providenciar informações em formatos alternativos acessíveis para a visita dirigida.

b) Dimensão Gestão da Acessibilidade:

1. A revisão da política de acessibilidade deve contar com a participação do público externo com deficiência, uma vez que isso não ocorreu na sua construção.
2. Embora a Comissão de Coordenação-Geral (CCG) seja colegiada e atue na implementação da política de acessibilidade, ela não é formada por profissionais de áreas e unidades diversas que atuam com a questão da acessibilidade e nem conta com a participação de

³ A Rede de Acessibilidade é formada por servidores que atuam nessa área no âmbito órgão signatários do Acordo de Cooperação Técnica em Acessibilidade firmado entre o Tribunal de Contas da União e o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

servidores com deficiência. Uma alternativa para tornar ideal a execução dessa política seria convidar, para as reuniões que versam sobre o tema, servidores com deficiência e servidores que atuam em áreas abrangidas pela decisão a ser tomada.

3. Construir, alimentar e monitorar indicadores de acessibilidade.
4. Atualizar o cadastro de servidores com deficiência para que detalhe os tipos de deficiência e os suportes e recursos de adaptação necessários para cada servidor cadastrado.
5. Inserir no E-TCU campo para que o servidor com deficiência possa indicar essa condição e tenha prioridade na tramitação dos processos administrativos.
6. Complementar, quando pertinente, eventos, encontros, cursos e palestras direcionados a altos gestores, com módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.

c) Dimensão Arquitetônica e Urbanística:

1. Identificar o local determinado para posicionamento do intérprete de Libras com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.
2. Afixar o símbolo internacional de acesso em local visível ao público, de acordo com as normas vigentes.
3. permitir acesso, alcance visual e manual aos planos e mapas acessíveis.
4. Sinalizar com indicadores táteis os corrimãos de escadas fixas e rampas de forma que seja possível a identificação do pavimento.
5. Inserir nos batentes externos dos elevadores e plataformas elevatórias o número do pavimento em relevo e em Braille.
6. Sinalizar a área de resgate para pessoas com deficiência, dentro das especificações da norma vigente.

7. Providenciar sinalização informativa e direcional de localização para as entradas e saídas acessíveis.
8. Instalar guia de balizamento e guarda-corpo nas estruturas em que não haja paredes laterais.
9. Instalar dispositivo de comunicação externo à caixa de corrida, em cada um dos pavimentos atendidos, nos equipamentos eletromecânicos de circulação vertical.
10. Sinalizar com o símbolo internacional de acesso sanitários, banheiros e vestiários acessíveis, afixando-o em local visível ao público.
11. Identificar balcões de atendimento acessíveis, localizados em rotas acessíveis e tem as dimensões de acordo com a norma vigente.
12. Nos balcões de atendimento, assegurar altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão.

d) Dimensão Tecnológica:

1. Para todo conteúdo não textual exibido ao usuário oferecer alternativa textual que serve a um propósito equivalente.
2. Fornecer alternativa para mídia com base em tempo, que apresenta informação equivalente para o conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado.
3. Fornecer alternativa em mídia com base em tempo ou uma faixa de áudio que apresenta informação equivalente para o conteúdo apenas de vídeo pré-gravado.
4. Fornecer legendas para todo conteúdo de áudio pré-gravado em mídia sincronizada, exceto quando a mídia for uma alternativa para texto e for claramente identificada como tal.

5. Fornecer para mídia sincronizada alternativa, para mídia com base em tempo ou uma audiodescrição do conteúdo em vídeo pré-gravado.
6. Fornecer legendas para todo o conteúdo do áudio ao vivo existente em mídia sincronizada.
7. Fornecer audiodescrição para todo o conteúdo de vídeo pré-gravado existente em mídia sincronizada.
8. Fornecer audiodescrição estendida para todo o vídeo pré-gravado existente no conteúdo em mídia sincronizada quando as pausas no áudio de primeiro plano forem insuficientes para permitir que as audiodescrições transmitam o sentido do vídeo.
9. Fornecer alternativa para mídia com base em tempo para a todo o conteúdo existente em mídia sincronizada pré-gravada e para a todo o conteúdo multimídia composto por apenas vídeo pré-gravado.
10. Fornecer alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informações equivalentes para conteúdo apenas áudio ao vivo.
11. Permitir que as informações, a estrutura e os relacionamentos transmitidos através de apresentação sejam determinados por meio de código de programação ou sejam disponíveis no texto.
12. Disponibilizar conteúdo suplementar, ou versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental) quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental), após a remoção dos nomes próprios e títulos adequados.
13. Disponibilizar mecanismo para identificar a pronúncia específica de palavras, onde o significado das mesmas, no contexto, é ambíguo se a pronúncia não for conhecida.

e) Dimensão Comunicacional:

1. Disponibilizar audiodescrição para telespectadores com deficiência visual no serviço de radiodifusão de sons e imagens e nos eventos promovidos pela Casa.
2. Providenciar para que a Secretaria de Ouvidoria e Segurança da Informação disponibilize formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência.
3. Providenciar para que a central de atendimento disponibilize formas de comunicação alternativas.
4. Adquirir, pelo menos um telefone adaptado para chamada de vídeo (inclusive intermediação por intérprete de Libras) e chat para comunicação com pessoas surdas.

A partir dessas proposições, podem ser desdobradas ações e projetos para o atendimento dos itens indicados ('atendido parcialmente' e 'não atendido'). Os projetos e ações devem fixar o prazo para sua execução (curto, médio ou longo), pois é importante informar à sociedade as atividades do Tribunal em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão⁴ e à Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência⁵.

Brasília, 21 de junho de 2021,

Valéria Cristina Gomes Ribeiro - 3067-8

Simone Bicalho Felix Braga - 9309-2

Benjamim Lima Junior - 5040-7

Bárbara Rosa Lopes Cavalcante - 10.598-8

Márcia Brandão de Oliveira - 3371-5

Rodolfo Lima Júnior - 5569-7

Renata Leal Couto - 9828-0

Rene Fortaleza Rocha - 3542-4

⁴ Lei 13.146, de 6 de julho de 2015.

⁵ Promulgada pelo Decreto 6949, de 25 de agosto de 2009.

Anexo

Instrumento de Avaliação de Acessibilidade

Dimensão Serviços

	Itens de verificação	AT	AP	NA	NSA
1)	Nos processos seletivos, existe na entidade equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência dos candidatos que informam tal condição, de acordo com os normativos vigentes	1			
2)	Nos processos seletivos, a entidade garante as adaptações necessárias para o atendimento em condições de igualdade a candidatos com deficiência. (sítio eletrônico adaptado, reserva de vagas, edital e formulário de inscrição acessíveis, atendimento diferenciado, mobilidade urbana que garanta o acesso aos locais de provas, ambiente de prova e entorno acessíveis, mobiliário adaptado, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva, provas teóricas e práticas adaptadas, fornecimento de tempo adicional, sala separada e outros tipos de apoio)	1			
3)	Existe na entidade equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência e da funcionalidade dos funcionários em relação às atribuições do cargo.	1			
4)	A entidade promove adaptações no ambiente de trabalho para atender as necessidades de funcionários com deficiência		1		
5)	A entidade disponibiliza suportes individualizados para atender as necessidades específicas de funcionários com deficiência		1		
6)	São realizadas avaliações periódicas do funcionário com deficiência	1			
7)	A entidade respeita o perfil vocacional e o interesse dos funcionários com deficiência quando de sua inclusão profissional	1			
8)	São dadas oportunidades ao funcionário com deficiência de exercer cargo em comissão ou função de confiança, em igualdade de condições com os demais funcionários	1			
9)	Os funcionários de um determinado local de trabalho são capacitados para receber colegas com deficiência		1		
10)	A entidade fornece transporte em igualdade de condições para todos os funcionários.		1		
11)	A entidade oferece aos funcionários com deficiência a oportunidade de acesso, participação, permanência e aprendizagem em programas e cursos de formação, capacitação e educação continuada		1		
12)	Nos programas e cursos de formação e capacitação presenciais, a entidade realiza as adaptações necessárias para garantir atendimento em condições de igualdade a pessoas com deficiência	1			
13)	Nos programas e cursos de formação e capacitação a distância, a entidade realiza as adaptações necessárias para garantir atendimento em condições de igualdade a pessoas com deficiência		1		
14)	A equipe de brigadistas está capacitada para prestar atendimento adequado às pessoas com deficiência em situações de emergência e pânico	1			

15) A equipe de brigadistas tem informações sobre a localização dos funcionários com deficiência, de modo a atendê-los com prioridade em situações de emergência e pânico	1
16) Nos balcões de atendimento ao público é oferecido atendimento preferencial para as pessoas com deficiência	1
17) Nos balcões de atendimento ao público os atendentes estão capacitados para prestar atendimento diferenciado às pessoas com deficiência	1
18) Nos balcões de atendimento ao público são oferecidos equipamentos (cadeiras de rodas, triciclos ou cadeiras motorizadas) para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida	1
19) Nos balcões de atendimento ao público há atendentes capacitados em Libras.	1
20) Os balcões de atendimento ao público são rebaixados e possuem área de aproximação frontal para usuários em cadeiras de rodas	1
21) As unidades de pesquisa oferecem atendimento diferenciado ao público com deficiência.	1
22) As unidades de pesquisa possuem recursos de tecnologia assistiva destinados ao uso do público com deficiência.	1
23) A biblioteca disponibiliza publicações em formatos alternativos acessíveis.	1
24) Na biblioteca existem mesas reservadas para pessoas com deficiência	1
25) As unidades de pesquisa o mobiliário e os equipamentos são dispostos de modo a facilitar os deslocamentos de pessoas com deficiência física e visual	1
26) Os restaurantes e lanchonetes possuem atendimento preferencial ao público com deficiência	1
27) Nos restaurantes e lanchonetes é oferecido atendimento prioritário ao público com deficiência.	1
28) Nos restaurantes e lanchonetes os alimentos são dispostos de maneira a oferecer autonomia às pessoas com deficiência	1
29) Nos restaurantes e lanchonetes existem cardápios visual e em braile	1
30) Nos restaurantes e lanchonetes existem mesas reservadas para pessoas com deficiência	1
31) Nos restaurantes e lanchonetes o mobiliário e os equipamentos são dispostos de modo a facilitar os deslocamentos de pessoas com deficiência física e visual	1
32) Os eventos promovidos pela entidade são divulgados por meios de comunicação acessíveis	1
33) Existe um canal de comunicação pelo qual o público com deficiência possa informar à entidade sua intenção de participar de evento ou atividade e solicitar os recursos de acessibilidade de que necessita	1
34) Os locais onde acontecem os eventos são equipados com recursos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência	1
35) Nos eventos promovidos pela entidade são oferecidos serviços de interpretação de Libras para pessoas com deficiência auditiva	1

36) Nos eventos promovidos pela entidade são oferecidos serviços de legendagem em tempo real para pessoas com deficiência auditiva	1
37) Nos eventos promovidos pela entidade são oferecidos serviços de audiodescrição para pessoas com deficiência visual	1
38) Quando transmitidos pela internet, os eventos promovidos pela entidade são disponibilizados com interpretação de Libras para o público com deficiência auditiva	1
39) Quando transmitidos pela internet, os eventos promovidos pela entidade são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência auditiva	1
40) Quando transmitidos pela internet, os eventos promovidos pela entidade são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual	1
41) Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela entidade são disponibilizados com interpretação de Libras para o público com deficiência auditiva	1
42) Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela entidade são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência auditiva	1
43) Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela entidade são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual	1
44) Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela entidade são disponibilizadas informações em formatos alternativos acessíveis	1
45) Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela entidade é disponibilizada a audiodescrição das obras de arte	1
46) Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela entidade são oferecidos serviços de guia/condutor para pessoas com deficiência visual	1
47) Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela entidade são oferecidos serviços de intérprete de Libras para pessoas com deficiência auditiva	1
48) Nas situações em que a entidade é aberta à visitaç�o � disponibilizado atendimento por int�rpretes de Libras a pessoas com deficiência auditiva	1
49) Nas situa�oes em que a entidade � aberta � visita�ao � disponibilizado o atendimento por guia/condutor	1
50) Nas situa�oes em que a entidade � aberta � visita�ao � disponibilizada a audiodescri�ao de monumentos e obras de arte	1
51) Nas situa�oes em que a entidade � aberta � visita�ao s�o disponibilizadas informa�oes em formatos alternativos acess�veis	1
52) Nas situa�oes em que a entidade � aberta � visita�ao s�o disponibilizados equipamentos para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida	1

Dimensão Gestão da Acessibilidade

Item de Verificação	AT	AP	NA	NSA
1) A entidade possui política de acessibilidade formalmente instituída.	1			
2) A construção da política teve a participação do público interno com deficiência.	1			
3) A construção da política teve a participação do público externo com deficiência.			1	
4) A política de acessibilidade da entidade está de acordo com as principais leis e normas sobre acessibilidade (Ex.: Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão).	1			
5) A política de acessibilidade influencia transversalmente as decisões da entidade.		1		
6) A entidade possui órgão colegiado para atuar na implementação da política de acessibilidade.			1	
7) O órgão colegiado de acessibilidade é formado por profissionais de áreas e unidades diversas que atuam com a questão da acessibilidade na entidade.			1	
8) O órgão colegiado de acessibilidade conta com a participação de funcionários com deficiência.			1	
9) Existe monitoramento da política de acessibilidade.	1			
10) O órgão colegiado participa das decisões de gestão e da elaboração do planejamento estratégico da entidade.	1			
11) A unidade responsável pelo controle interno da entidade fiscaliza a implementação da política de acessibilidade.	1			
12) A entidade realiza revisão da política de acessibilidade periodicamente.		1		
13) Existe um planejamento, aprovado pela entidade, para implementação de ações de promoção de acessibilidade.	1			
14) O planejamento de ações de acessibilidade está vinculado ao planejamento estratégico da entidade.	1			
15) O planejamento estabelece prazos e metas de forma objetiva.		1		
16) Há reserva de recursos orçamentários para implementação das ações previstas no planejamento.		1		
17) O planejamento das ações conta com a participação de todas as unidades envolvidas em sua execução.	1			
18) A entidade possui unidade administrativa própria para tratar as questões de acessibilidade.	1			
19) A unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade está vinculada à alta administração da entidade.	1			

20) A entidade possui canal de comunicação para recebimento de demandas de pessoas com deficiência (públicos interno e externo).	1
21) A unidade responsável pela acessibilidade é chamada a opinar sobre questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência e nos demais assuntos conexos à acessibilidade e inclusão.	1
22) A unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade apresenta periodicamente os resultados consolidados sobre as ações de acessibilidade.	1
23) A equipe que atua na unidade administrativa responsável pela acessibilidade é capacitada.	1
24) A entidade possui indicadores de acessibilidade.	1
25) As compras e contratações da entidade consideram critérios de acessibilidade.	1
26) A entidade promove a divulgação regular dos serviços e produtos disponíveis para as pessoas com deficiência.	1
27) A política de acessibilidade é disponibilizada para os públicos interno e externo em local de fácil acesso.	1
28) O plano de acessibilidade é disponibilizado para os públicos interno e externo em local de fácil acesso.	1
29) Os resultados obtidos são disponibilizados para os públicos interno e externo em local de fácil acesso.	1
30) Existe um plano de comunicação das ações de acessibilidade promovidas pela entidade.	1
31) Existe identidade visual de acessibilidade.	1
32) A entidade possui cadastro atualizado de servidores com deficiência.	1
33) A entidade possui cadastro atualizado de estagiários com deficiência.	1
34) A entidade possui cadastro atualizado de menores aprendizes com deficiência.	1
35) O cadastro detalha os tipos de deficiência e os suportes e recursos de adaptação necessários de forma individualizada.	1
36) A entidade planeja as adaptações necessárias para o desenvolvimento do trabalho do funcionário com deficiência.	1
37) A entidade atende às cotas estabelecidas em lei para contratações ou processos seletivos.	1
38) Os funcionários com deficiência possuem prioridade na tramitação dos processos administrativos a que estão diretamente relacionados.	1
39) Os funcionários com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou cargo em comissão.	1
40) Os funcionários com filhos e dependentes legais com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou cargo em comissão.	1

41) A entidade possui contratação específica para pessoas com deficiência.	1
42) A entidade promove eventos e campanhas informativas e educativas dirigidas ao público interno, com a finalidade de informar, conscientizar e sensibilizar quanto aos direitos, acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.	1
43) A entidade possui programa de capacitação e sensibilização direcionado a funcionários das diferentes unidades que irão atender o público interno e externo com deficiência.	1
44) Nos eventos, encontros, cursos e palestras direcionados a altos gestores, existe algum módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.	1
45) Quando abordada em eventos, encontros, cursos e palestras, a temática da inclusão social da pessoa com deficiência é tratada de maneira transversal a outros assuntos de interesse da entidade.	1
46) No programa de ambientação de novos funcionários existe módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.	1
47) Os gestores e os funcionários da unidade são informados previamente sobre a chegada de colegas com deficiência.	1
48) Nas escolas de governo, o tema acessibilidade é incluído transversalmente nos programas de capacitação, presenciais e à distância, inclusive com a sensibilização dos educadores e das equipes de apoio pedagógico.	1
49) Existe na entidade cartilha ou manual que oriente as unidades sobre inclusão da pessoa com deficiência.	1

Dimensão Arquitetônica e Urbanística

Item de Verificação	AT	AP	NA	NSA
1) Mobiliários em rota acessível são sinalizados com sinalização tátil e de alerta e/ou são detectáveis com bengala longa, conforme critérios da norma atual.		1		
2) As medidas necessárias para manobra e deslocamento de cadeira de rodas seguem norma vigente.		1		
3) Existem proteções laterais ao longo de rotas acessíveis, dentro das especificações da norma vigente.		1		
4) Corrimãos e barras de apoio têm dimensões e instalações de acordo com a norma vigente.		1		
5) Maçanetas são do tipo alavanca, com dimensões e instalação dentro do que rege a norma vigente.		1		
6) Barras antipânico são apropriadas ao tipo de porta em que são instaladas.	1			
7) Controles, botões, teclas e similares são acionados através de pressão ou de alavanca.	1			
8) Travamento de portas é do tipo alavanca ou modelo tranqueta de fácil manuseio, que possa ser acionado com o dorso da mão.		1		
9) A instalação de comandos e controles está em altura consoante à norma vigente.		1		
10) Assentos para pessoas obesas possuem medidas de acordo com norma vigente e suportam carga dentro dos limites estabelecidos.	1			
11) As informações e sinalizações são completas, precisas e claras.		1		
12) Informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos são utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos.		1		
13) Nas edificações, a sinalização de informações de sanitários, de acessos verticais e horizontais, de números de pavimentos e de rotas de fuga estão disponíveis de forma acessível.		1		
14) A sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos.		1		
15) O local determinado para posicionamento do intérprete de Libras está identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.			1	
16) Símbolo internacional de acesso está afixado em local visível ao público, de acordo com as normas vigentes.			1	
17) Planos e mapas acessíveis permitem acesso, alcance visual e manual.			1	
18) Corrimãos de escadas fixas e rampas têm sinalização tátil identificando o pavimento.			1	
19) Existe sinalização nos degraus de escadas dentro dos padrões normativos.		1		

20) Existem informações em relevo e em Braille nos painéis de elevadores e plataformas elevatórias.	1
21) O número do pavimento é localizado nos batentes externos dos elevadores e plataformas elevatórias, em relevo e em Braille.	1
22) Existe sinalização tátil e visual no piso, de acordo com a norma vigente.	1
23) A sinalização tátil e visual do piso é detectável pelo contraste tátil e pelo visual.	1
24) Há sinalização tátil e visual no piso para identificação dos locais definidos nas normas vigentes.	1
25) Existe sinalização de emergência que direciona o usuário por meio de sinais (visuais, táteis e sonoros) para a saída, saída de emergência ou rota de fuga.	1
26) Há sinalização de área de resgate para pessoas com deficiência, dentro das especificações da norma vigente.	1
27) A sinalização de vaga reservada para veículo é realizada com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e na horizontal.	1
28) Existem alarmes de fácil acesso em áreas interna e externa de espaços confinados, como sanitários acessíveis, boxes, cabines e vestiários isolados.	1
29) Áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo são servidas de uma ou mais rotas acessíveis.	1
30) A rota acessível, na entidade, é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações.	1
31) Todas as rotas acessíveis são providas de iluminação natural ou artificial.	1
32) A acessibilidade está garantida em todas as entradas e principais rotas de interligação às funções do complexo/edificação da entidade.	1
33) O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal(is) compõem uma rota acessível.	1
34) Pelo menos uma catraca em cada conjunto está acessível e garante ao usuário o acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia.	1
35) Caso existam portas giratórias as dimensões entre as pás são compatíveis com as medidas necessárias para deslocamento de cadeira de rodas.	1
36) Existe sinalização informativa e direcional de localização das entradas e saídas acessíveis.	1
37) O piso tem superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoca trepidação em dispositivos com rodas	1
38) Soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de até no máximo um degrau têm parte de sua extensão substituída por rampa.	1
39) Grelhas e juntas de dilatação estão fora do fluxo principal de circulação.	1
40) Capachos são evitados e caso presentes, estão firmemente fixados ao piso, embutidos, sobrepostos ou nivelados conforme norma vigente.	1

41) Tampas de caixa de inspeção e visita estão niveladas com o piso adjacente, firmes, estáveis, antiderrapantes e fora do fluxo principal.	1
42) As portas de corredores, acessos, áreas de resgate, escadas de emergência e descargas integrantes de rotas de fuga acessíveis são dotadas de barras antipânico.	1
43) As rotas de fuga estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento.	1
44) Nas rotas de fuga que incorporem escadas/elevadores de emergência, há áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para pessoas com cadeiras de rodas.	1
45) É previsto um espaço de resgate a cada 500 pessoas de lotação, por pavimento, sendo no mínimo 1 por pavimento para cada escada e para cada elevador de emergência.	1
46) A área de resgate está localizada fora do fluxo principal de circulação	1
47) A área de resgate dispõe de espaço suficiente para a área de manobra e rotação e é ventilada	1
48) A área de resgate é provida de dispositivo de emergência ou intercomunicador	1
49) Nas edificações em que não é possível estabelecer área de resgate, há plano de fuga com os procedimentos de resgate para pessoas com diferentes tipos de deficiência.	1
50) As áreas de descanso estão fora da faixa de circulação.	1
51) As áreas de descanso têm dimensões que permitem a manobra de cadeira de rodas.	1
52) Existem bancos com encosto e braços nas áreas de descanso.	1
53) O dimensionamento de largura, inclinação e desnível das rampas atendem os limites definidos na norma atual.	1
54) Toda rampa possui corrimão de duas alturas em cada lado.	1
55) Quando não há paredes laterais, as rampas possuem guarda-corpo, corrimãos e guias de balizamento com altura mínima que obedece à legislação pertinente, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa.	1
56) Os patamares no início e no término das rampas têm dimensão longitudinal mínima que atendem os limites da norma.	1
57) Quando existe porta nos patamares, sua área de varredura não interfere na dimensão mínima do patamar.	1
58) Os degraus ou escadas em rotas acessíveis estão associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical.	1
59) Os espelhos dos degraus são fechados, ou seja, não são vazados.	1
60) Degraus isolados contêm corrimão, estão sinalizados e seguem o dimensionamento da norma vigente.	1
61) Degraus da escada possuem espelho e piso com dimensionamento que atende o disposto em norma.	1

62) Escadas têm guia de balizamento e a largura mínima dentro dos padrões da norma atual.	1
63) O primeiro e o último degraus dos lances de escada estão sinalizados e com a distância mínima (que atende a norma) da área de circulação adjacente.	1
64) Entre os lances de escada são previstos patamares com dimensão longitudinal que atende a norma vigente.	1
65) Os patamares situados em mudanças de direção têm dimensões iguais à largura da escada.	1
66) Quando há porta nos patamares, sua área de varredura não interfere na dimensão mínima do patamar.	1
67) Corrimãos são acoplados aos guarda-corpos, construídos com materiais rígidos e firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte.	1
68) Corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada, conforme altura da norma vigente.	1
69) Corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa, conforme altura da norma vigente.	1
70) Corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas e sem interferir nas áreas de circulação ou prejudicar a vazão.	1
71) Extremidades dos corrimãos têm acabamento recurvado, são fixadas ou justapostas à parede ou piso, ou ainda têm desenho contínuo, sem protuberâncias.	1
72) Caso não haja paredes laterais, existe guia de balizamento e guarda-corpo.	1
73) Corrimãos têm largura conforme norma vigente e são de seção circular.	1
74) Em degraus isolados e escadas, a altura da instalação dos corrimãos está de acordo com a norma vigente.	1
75) Em rampas, a altura da instalação dos corrimãos laterais está de acordo com a norma vigente.	1
76) Escadas e rampas que não estão isoladas das áreas adjacentes por paredes possuem guarda-corpo associado ao corrimão.	1
77) Equipamentos eletromecânicos de circulação vertical possuem dispositivo de comunicação externo à caixa de corrida, em cada um dos pavimentos atendidos.	1
78) Externa e internamente nos elevadores existe: sinalização tátil e visual informando instrução de uso, próximo à botoeira; indicação da posição de embarque e desembarque; indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e batentes; dispositivo de chamada dentro do alcance manual.	1
79) Em elevadores verticais ou inclinados existe dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.	1
80) Em caso de reforma, existe no edifício outra forma de circulação vertical acessível.	1
81) Sinalização de elevadores e plataformas elevatórias têm em seus painéis de chamada informações em relevo e em Braille.	1
82) O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille.	1

83) O tempo mínimo de permanência da porta aberta é 5s.	1
84) A dimensão entre os painéis frontal e de fundo está de acordo com a norma vigente.	1
85) Existe corrimão instalado nos painéis laterais e no de fundo, em altura de acordo com a norma vigente.	1
86) O projeto da cabina do elevador permite a opção de inclusão de um assento basculante para baixo.	1
87) O assento basculante não impede a utilização do elevador por parte da pessoa que estiver usando o assento ou os outros passageiros.	1
88) O assento basculante tem características conforme norma vigente e suporta carga mínima de 100kg.	1
89) Existe dispositivo que permita ao usuário de cadeira de rodas observar obstáculos quando mover-se para trás ao sair do elevador.	1
90) Em condições normais de funcionamento, a exatidão de nivelamento da cabina do elevador em cada pavimento segue as normas vigentes.	1
91) A distância horizontal entre a soleira do elevador e a soleira do pavimento não excede o estipulado em norma vigente quando o elevador estiver parado com as portas abertas em qualquer pavimento.	1
92) Existe indicador de sentido luminoso acima ou perto das portas, em posição visível, indicando o sentido da viagem.	1
93) Sinal audível acompanha a iluminação dos indicadores e utilizam sons diferentes para subir e descer.	1
94) Indicador de posição está localizado dentro ou acima da botoeira da cabina.	1
95) Existe dispositivo de alarme de emergência equipado com sinais visíveis e audíveis, integrados à ou sobre a botoeira.	1
96) O revestimento do piso da cabina tem superfície dura e antiderrapante.	1
97) A porta do elevador permite o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas.	1
98) Os capachos, caso existentes, estão firmemente fixados.	1
99) Corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, com faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme a norma vigente.	1
100) Sinalização de portas e passagens está localizada em plano vertical, na faixa de alcance conforme norma vigente.	1
101) Existe informação tátil ou sonora na parede adjacente a porta ou no batente.	1
102) Nas passagens, a sinalização da porta está instalada na parede adjacente.	1
103) Elementos de sinalização da porta têm formas que não agridam os usuários, evitando cantos vivos e arestas cortantes.	1

104)	Maçanetas são do tipo alavanca e estão instaladas em altura consoante a norma vigente.	1	
105)	As portas dos sanitários e vestiários possuem no lado oposto ao de abertura da porta um puxador horizontal, associado à maçaneta.	1	
106)	As portas possuem dispositivos de acionamento pelo usuário, instalados fora da área de abertura da folha da porta, em altura consoante a norma vigente.		1
107)	Caso existam portas de correr, seus trilhos estão localizados na parte superior e os trilhos e guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso.	1	
108)	Caso existam portas e paredes envidraçadas em áreas de circulação, estão localizadas com sinalização visual de forma contínua.	1	
109)	Cada folha ou módulo de janela é operado com um único movimento, utilizando apenas uma das mãos.	1	
110)	A calçada tem uma faixa livre destinada à circulação de pedestres, com superfície regular, firme, sem obstáculos e sem degraus.	1	
111)	O acesso de veículos aos lotes e seus espaços de circulação e estacionamento não interfere na faixa livre de circulação de pedestres, inclusive sem degraus, desníveis ou rampas.	1	
112)	Faixa elevada atende à norma vigente.	1	
113)	Não há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.	1	
114)	No que diz respeito às condições de vagas reservadas para veículos, a sinalização vertical não interfere com áreas de acesso ao veículo e na circulação dos pedestres.	1	
115)	As vagas para estacionamento de idosos estão posicionadas próximas das entradas, garantindo o menor percurso de deslocamento.	1	
116)	As vagas para estacionamento de pessoas com deficiência têm sinalização vertical, espaço adicional de circulação, vinculada à rota acessível, localizada de forma a evitar a circulação de veículos, com piso regular e estável e o percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores de acordo com a norma vigente.	1	
117)	Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, são reservados os percentuais das vagas para pessoas idosas e para pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção conforme norma vigente.	1	
118)	Portões de acesso a garagens manuais ou de acionamento automático funcionam de forma a não invadir a faixa livre de circulação de pedestre e contam com sistema de sinalização.	1	
119)	Existe no mínimo um sanitário ou banheiro acessível por andar, em espaços de uso público ou coletivo.	1	
120)	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão em rotas acessíveis, próximas à circulação principal.	1	
121)	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão devidamente sinalizados com o símbolo internacional de acesso, afixado em local visível ao público.		1
122)	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem uma entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.	1	

123)	Existem dispositivos de sinalização de emergência em sanitários, banheiros e vestiários acessíveis.	1
124)	As dimensões e demais características do sanitário e o boxe acessível atendem a norma vigente.	1
125)	Existem barras de apoio laterais, com dimensões e especificações conforme norma vigente.	1
126)	O acionamento da válvula de descarga está em altura conforme norma vigente e é preferencialmente acionada por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes.	1
127)	Há barras de apoio horizontais ou verticais nos lavatórios, uma de cada lado.	1
128)	Lavatórios possuem torneiras acionadas por alavancas ou sensores eletrônicos ou equivalentes.	1
129)	Papeleiras de embutir e de sobrepor estão alinhadas à borda frontal da bacia sanitária.	1
130)	Existe cabide junto a lavatórios, boxes de chuveiro, bancos de vestiários, trocadores e boxes de bacias sanitárias.	1
131)	A instalação e a fixação de espelhos atendem a norma vigente.	1
132)	A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas e há área livre lateral ao vaso sanitário para transferência da pessoa da cadeira de rodas para o vaso.	1
133)	Bebedouros de bica são do tipo jato inclinado, instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica, que localizam-se no lado frontal do bebedouro e permitem a utilização por meio de copos.	1
134)	Bebedouros de garrafão e outros modelos estão localizados de forma a permitir aproximação lateral da P.C.R. e possuem altura acessível de acordo com a norma vigente.	1
135)	Lixeiras e contentores para reciclados estão localizados fora das faixas livres de circulação, garantindo espaço para aproximação de pessoa em cadeira de rodas e altura que permita o alcance manual do maior número de pessoas.	1
136)	O plantio e manejo da vegetação garantem que os elementos (raízes, ramos, galhos de arbustos e árvores) e suas proteções (muretas, grades ou desníveis) não interfiram nas rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres.	1
137)	Nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e áreas de circulação de pedestres, a vegetação não apresenta espinhos, raízes e princípios tóxicos perigosos que prejudiquem o pavimento.	1
138)	Assentos públicos apresentam dimensões de acordo com a norma vigente.	1
139)	Assentos públicos estão implantados sobre superfície nivelada com o piso adjacente.	1
140)	Garante-se um módulo de referência ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação.	1
141)	Balcões de atendimento acessíveis são facilmente identificados, localizados em rotas acessíveis e tem as dimensões de acordo com a norma vigente.	1

142)	Balcões de atendimento acessíveis garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal.	1
143)	Está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão.	1
144)	As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis garantem um módulo de referência posicionado para aproximação frontal e tem dimensões que atendem a norma vigente.	1
145)	Está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou superfície.	1
146)	Nos equipamentos de controle de acesso através de catracas ou outras formas semelhantes de bloqueio existem dispositivos, passagens, portas ou portões com vão livre dentro das dimensões especificadas na norma vigente.	1
147)	Os equipamentos de controle de acesso são sinalizados, assegurando a autonomia do usuário.	1
148)	Os auditórios e similares, incluindo locais de eventos temporários, mesmo que para público em pé, possuem, na área destinada ao público, espaços reservados para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atendendo às condições exigidas pela norma vigente.	1

Dimensão Tecnológica

Item de Verificação	AT	AP	NA	NSA
1) Todo o conteúdo não textual que é exibido ao usuário tem uma alternativa textual que serve a um propósito equivalente, exceto para as situações indicadas abaixo.			1	
2) É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo, que apresenta informação equivalente para o conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado.			1	
3) É fornecida uma alternativa em mídia com base em tempo ou uma faixa de áudio que apresenta informação equivalente para o conteúdo apenas de vídeo pré-gravado.			1	
4) São fornecidas legendas para todo conteúdo de áudio pré-gravado em mídia sincronizada, exceto quando a mídia for uma alternativa para texto e for claramente identificada como tal.			1	
5) Uma alternativa para mídia com base em tempo ou uma audiodescrição do conteúdo em vídeo pré-gravado é fornecida para mídia sincronizada, exceto quando a mídia é uma alternativa ao texto e for claramente identificada como tal			1	
6) São fornecidas legendas para todo o conteúdo do áudio ao vivo existente em mídia sincronizada			1	
7) É fornecida audiodescrição para todo o conteúdo de vídeo pré-gravado existente em mídia sincronizada.			1	
8) É fornecida interpretação em língua de sinais para todo o conteúdo de áudio pré-gravado existente em um conteúdo em mídia sincronizada.		1		
9) Quando as pausas no áudio de primeiro plano forem insuficientes para permitir que as audiodescrições transmitam o sentido do vídeo, é fornecida uma audiodescrição estendida para todo o vídeo pré-gravado existente no conteúdo em mídia sincronizada.			1	
10) É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo para a todo o conteúdo existente em mídia sincronizada pré-gravada e para a todo o conteúdo multimídia composto por apenas vídeo pré-gravado.			1	
11) É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informações equivalentes para conteúdo apenas áudio ao vivo.			1	
12) As informações, a estrutura e os relacionamentos transmitidos através de apresentação podem ser determinados por meio de código de programação ou estão disponíveis no texto			1	
13) Quando a sequência na qual o conteúdo é apresentado afeta o seu significado, uma sequência de leitura correta pode ser determinada por meio de código de programação.			1	
14) As instruções fornecidas para compreender e utilizar o conteúdo não dependem somente das características sensoriais dos componentes, tais como forma, tamanho, localização visual, orientação ou som.			1	
15) A cor não é utilizada como o único meio visual de transmitir informações, indicar uma ação, pedir uma resposta ou distinguir um elemento visual.			1	
16) Se qualquer áudio em uma página web tocar automaticamente durante mais de 3 segundos, deve estar disponível um mecanismo para fazer uma pausa ou parar o áudio, ou um mecanismo para controlar o volume do áudio, independentemente do nível global de volume do sistema deve disponibilizar.		1		

17) A apresentação visual de texto e imagens de texto tem uma relação de contraste de, no mínimo, 2.4:1, exceto para texto ampliado, texto em plano secundário e logotipos.	1
18) Texto em tamanho grande e as imagens compostas por texto em tamanho grande têm uma relação de contraste de, no mínimo, 3:1.	1
19) Exceto para legendas e imagens de texto, o texto pode ser redimensionado sem tecnologia assistiva até 400 por cento sem perder conteúdo ou funcionalidade.	1
20) Se as tecnologias que estiverem sendo utilizadas puderem proporcionar a apresentação visual, é utilizado texto para transmitir informações em vez de imagens de texto, exceto para quando a imagem de texto pode ser visualmente personalizada de acordo com os requisitos do usuário e uma determinada apresentação de texto é essencial para as informações que serão transmitidas.	1
21) A apresentação visual do texto e imagens de texto tem uma relação de contraste de, no mínimo, 7:1, exceto para textos ampliados, texto em plano secundário e logotipos.	1
22) Texto em tamanho grande e as imagens compostas por texto em tamanho grande têm uma relação de contraste de, no mínimo, 2.4:1.	1
23) Para conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado que contenha essencialmente fala em primeiro plano, não seja um CAPTCHA de áudio ou logotipo de áudio, e não seja vocalização com o objetivo de ser, essencialmente, expressão musical, tal como cantar ou fazer batidas, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: o áudio não contém sons de fundo, os sons de fundo podem ser desligados ou os sons de fundo são, no mínimo, 40 decibéis mais baixos que o conteúdo da voz em primeiro plano, com a exceção de sons ocasionais que duram apenas um ou dois segundos.	1
24) Para a apresentação visual de blocos de texto, um mecanismo está disponível para se obter o seguinte: as cores do primeiro plano e do plano de fundo podem ser selecionadas pelo usuário; largura não tem mais do que 80 caracteres ou glifos (20 se CJK); texto não é justificado (alinhado a ambas as margens esquerda e direita); o espaçamento entre linhas (principal) tem, no mínimo, um espaço e meio nos parágrafos, e o espaçamento entre parágrafos é, no mínimo, 1,4 vezes maior do que o espaçamento entre linhas; o texto pode ser redimensionado sem tecnologia assistiva até 400 por cento, de um modo que o usuário não necessite rolar horizontalmente para ler uma linha de texto em uma janela em tela cheia.	1
25) As imagens de texto só são utilizadas por questões meramente decorativas ou quando uma determinada apresentação de texto é essencial para a informação que está sendo transmitida	1
26) Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual, exceto quando a função subjacente requer entrada de dados que dependa da cadeia de movimento do usuário e não apenas dos pontos finais.	1
27) Se o foco do teclado puder ser movido para um componente da página utilizando uma interface de teclado, então o foco pode ser retirado desse componente utilizando apenas uma interface de teclado e, se for necessário mais do que as setas do cursor ou tabulação ou outros métodos de saída normalmente utilizados, o usuário deve ser informado sobre o método para retirar o foco.	1
28) Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual	1

<p>29) Para cada limite de tempo definido pelo conteúdo, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: o usuário pode desligar o limite de tempo antes de atingi-lo; ou o usuário pode ajustar o limite de tempo antes de atingi-lo, num intervalo de, no mínimo, dez vezes mais do que a configuração padrão; ou o usuário é avisado antes de o tempo expirar e tem, no mínimo, 40 segundos para prolongar o limite de tempo com uma simples ação (por exemplo, "pressionar a barra de espaços"), e o usuário pode prolongar o limite de tempo, no mínimo, dez vezes; ou o limite de tempo é uma parte necessária de um evento em tempo real (por exemplo, um leilão), e não é possível nenhuma alternativa ao limite de tempo; ou o limite de tempo é essencial e prolongá-lo invalidaria a atividade; ou o limite de tempo é superior a 40 horas.</p>	1
<p>30) Para informações em movimento, em modo intermitente, em deslocamento ou em atualização automática, todas as seguintes afirmações são verdadeiras: em movimento, em modo intermitente, em deslocamento: Para quaisquer informações em movimento, em modo intermitente ou em deslocamento, que (1) sejam iniciadas automaticamente, (4) durem mais de cinco segundos, e (3) sejam apresentadas em paralelo com outro conteúdo, existe um mecanismo para o usuário colocar em pausa, parar, ou ocultar as mesmas, a menos que o movimento, o modo intermitente ou o deslocamento façam parte de uma atividade, na qual sejam essenciais; e em atualização automática: Para quaisquer informações em atualização automática, que (1) sejam iniciadas automaticamente e (4) sejam apresentadas em paralelo com outro conteúdo, existe um mecanismo para o usuário colocar em pausa, parar ou ocultar as mesmas, ou controlar a frequência da atualização, a menos que a atualização automática faça parte de uma atividade, onde é essencial.</p>	1
<p>31) A temporização não é uma parte essencial do evento ou da atividade apresentada pelo conteúdo, exceto para mídia sincronizada não interativa e eventos em tempo real.</p>	1
<p>32) As interrupções podem ser adiadas ou suprimidas pelo usuário, exceto interrupções que envolvam uma emergência</p>	1
<p>33) Quando uma seção autenticada expira, o usuário pode continuar a atividade sem perder dados após a nova autenticação.</p>	1
<p>34) As páginas web não incluem nenhum conteúdo que pisque mais de três vezes no período de um segundo, ou o flash encontra-se abaixo dos limites de flash universal e flash vermelho.</p>	1
<p>35) As páginas web não incluem qualquer conteúdo que pisca mais de três vezes no período de um segundo.</p>	1
<p>36) Um mecanismo está disponível para ignorar blocos de conteúdo que são repetidos em várias páginas web.</p>	1
<p>37) As páginas web têm títulos que descrevem o tópico ou a finalidade.</p>	1
<p>38) Se uma página web puder ser navegada de forma sequencial e as sequências de navegação afetarem o significado ou a operação, os componentes que podem ser focados recebem o foco em uma ordem que preserva o significado e a operabilidade.</p>	1
<p>39) A finalidade de cada link pode ser determinada a partir do link sozinho ou a partir do texto do link em conjunto com seu respectivo contexto do link determinado por meio de código de programação, exceto quando a finalidade do link for ambígua para os usuários em geral.</p>	1

40) Está disponível mais de uma forma para localizar uma página web em um conjunto de páginas web, exceto quando a Página Web for o resultado, ou uma etapa, de um processo.	1
41) Os cabeçalhos e os rótulos descrevem o tópico ou a finalidade.	1
42) Qualquer interface de usuário operável por teclado dispõe de um modo de operação onde o indicador de foco do teclado está visível.	1
43) Um mecanismo está disponível para permitir que a finalidade de cada link seja identificada a partir apenas do texto do link, exceto quando a sua finalidade for ambígua para os usuários em geral.	1
44) Os cabeçalhos da seção são utilizados para organizar o conteúdo	1
45) O idioma humano pré-definido de cada página web pode ser determinado por meio de código de programação.	1
46) O idioma de cada passagem ou frase no conteúdo pode ser determinado por meio de código de programação, exceto para nomes próprios, termos técnicos, palavras de idioma indeterminado e palavras ou frases que se tornaram parte do vernáculo do texto que as envolve	1
47) Um mecanismo para identificar definições específicas de palavras ou expressões utilizadas de uma forma restrita e incomum está disponível, incluindo expressões idiomáticas e jargões.	1
48) Está disponível um mecanismo para identificar a forma expandida ou o significado das abreviaturas.	1
49) Quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental), após a remoção dos nomes próprios e títulos adequados, um conteúdo suplementar, ou uma versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental) está disponível.	1
50) Um mecanismo está disponível para identificar a pronúncia específica de palavras, onde o significado das mesmas, no contexto, é ambíguo se a pronúncia não for conhecida.	1
51) Quando qualquer componente recebe o foco, não inicia uma alteração de contexto.	1
52) Alterar a definição de um componente de interface de usuário não provoca, automaticamente, uma alteração de contexto, a menos que o usuário tenha sido avisado sobre esse comportamento antes de utilizar o componente.	1
53) Os mecanismos de navegação que são repetidos em múltiplas páginas web dentro de um conjunto de páginas web ocorrem na mesma ordem relativa a cada vez que são repetidos, a menos que seja iniciada uma alteração pelo usuário.	1
54) Os componentes que têm a mesma funcionalidade em um conjunto de páginas web são identificados de forma consistente.	1
55) As alterações de contexto são iniciadas apenas a pedido do usuário, ou um mecanismo para desativar essas alterações está disponível.	1
56) Se um erro de entrada for automaticamente detectado, o item que apresenta erro é identificado e o erro é descrito para o usuário em texto.	1

57) Rótulos ou instruções são fornecidos quando o conteúdo exigir a entrada de dados por parte do usuário.	1
58) Se um erro de entrada for automaticamente detectado e forem conhecidas sugestões de correção, então as sugestões são fornecidas ao usuário, a menos que coloque em risco a segurança ou o propósito do conteúdo.	1
59) Para páginas web que façam com que ocorram responsabilidades jurídicas ou transações financeiras para o usuário, que modificam ou eliminam dados controláveis pelo usuário em sistemas de armazenamento de dados, ou que enviem respostas de teste do usuário, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: os envios de informações são reversíveis; os dados introduzidos pelo usuário são verificados quanto à existência de erros de entrada e é oferecida ao usuário uma oportunidade de corrigi-los; um mecanismo está disponível para rever, confirmar e corrigir as informações antes de finalizar o envio.	1
60) Está disponível ajuda contextual.	1
61) Para páginas web que exijam que o usuário envie informações, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: as submissões são reversíveis; os dados introduzidos pelo usuário são verificados quanto à existência de erros de entrada e é oferecida ao usuário uma oportunidade de corrigi-los; um mecanismo está disponível para rever, confirmar e corrigir as informações antes de finalizar o envio.	1
62) No conteúdo implementado utilizando linguagens de marcação, os elementos dispõem de tags completas de início e de fim, os elementos são aninhados de acordo com as respectivas especificações, os elementos não contêm atributos duplicados, e quaisquer IDs são exclusivos, exceto quando as especificações permitem estas características.	1
63) Para todos os componentes de interface de usuário (incluindo, mas não se limitando a: elementos de formulário, links e componentes gerados por scripts), o nome e a função podem ser determinados por meio de código de programação; os estados, as propriedades e os valores, que possam ser definidos pelo usuário, podem ser definidos por meio de código de programação; e a notificação sobre alterações destes itens está disponível para os agentes de usuário, incluindo as tecnologias assistivas.	1

Dimensão Comunicacional

Item de Verificação	AT	AP	NA	NSA
1) O serviço de radiodifusão de sons e imagens da entidade disponibiliza legenda oculta para telespectadores com deficiência auditiva		1		
2) O serviço de radiodifusão de sons e imagens da entidade disponibiliza janela com intérprete de Libras para telespectadores com deficiência auditiva		1		
3) O serviço de radiodifusão de sons e imagens da entidade disponibiliza Audiodescrição para telespectadores com deficiência visual			1	
4) As publicações produzidas pela entidade são disponibilizadas em formatos acessíveis.		1		
5) A entidade oferece recursos que tornem acessíveis os conteúdos de publicações.		1		
6) Nos eventos promovidos pela entidade são oferecidos serviços de interpretação de Libras para pessoas com deficiência auditiva		1		
7) Nos eventos promovidos pela entidade são oferecidos serviços de legendagem em tempo real para pessoas com deficiência auditiva		1		
8) Nos eventos promovidos pela entidade são oferecidos serviços de audiodescrição para pessoas com deficiência auditiva			1	
9) Há sinalização tátil nas áreas de circulação da entidade		1		
10) Há sinalização em braile nas áreas de circulação da entidade		1		
11) Os elevadores da entidade possuem sonorização		1		
12) Os elevadores da entidade possuem sinalização tátil	1			
13) A ouvidoria da entidade disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência			1	
14) A central de atendimento da entidade disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência			1	
15) A entidade possui telefone adaptado para chamada de vídeo (inclusive intermediação por intérprete de Libras) e chat para comunicação com pessoas surdas			1	
16) A entidade possui sinalização de emergência sonora e luminosa.		1		
17) A entidade possui serviço de impressão em braile.			1	